



---

---

# Relatório Institucional de Atividades 2017

---

---

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos  
Arquidiocese de Fortaleza

Dezembro/2017

*Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques*  
**Presidente**

*Pe. Emílio José Castelo Ferreira*  
**Diretor**

**Equipe Técnica**

*Ana Aline Furtado Soares*  
*Ana Carolina Silva Onofre*  
*Fernanda Calderaro da Silva*  
*Fábio Callado Castelo Branco*  
*Hamilton de Figueiredo Mendes*  
*Isabella Feitosa Gonçalves*  
*Kelanny Oliveira de Moraes*  
*Keline de Freitas Costa Pessoa*  
*Lucas Guerra Carvalho de Almeida*  
*Maria de Lourdes Vieira Ferreira*  
*Sidney Michel Andrade Lima*

**Estagiária**

*Jordana Cunha Correia Lima*

**Equipe de Apoio**

*Arianny Rocha Correia*  
*Caio Marcelo de Freitas*  
*Cecília Barbosa Silva Ramos*  
*Cristina Maria Cardoso Mendonça*  
*Francisca Diana Maia da Costa*  
*Francivaldo Paixão Freire*  
*José Carlos dos Santos Silva*  
*Marcelo Procópio de Alcântara*  
*Mario Adriano Ferreira de Freitas*  
*Raoni Vieira Ferreira*

## Dados da Entidade

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH.

CNPJ: 00.276.802/0001-29.

Endereço: Av. Dom Manuel, 339 – Centro – 60060-090 – Fortaleza- CE

## Histórico

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza/CDPDH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, é constituído sob forma de associação que presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação de raça, cor, etnia e sexo. Foi fundado em 1982, por decisão de Assembleia Pastoral da referida Arquidiocese. Essa decisão situa-se no contexto de trabalho das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs junto à população sem-teto de Fortaleza. O movimento popular encontrava-se em plena efervescência e havia, nesta cidade, muitas ocupações de terrenos públicos e privados que não cumpriam sua função social. Nesse contexto, as CEBs refletiram a necessidade de haver um apoio jurídico à população sem-teto, que resistia no seu direito à moradia, bem como às pessoas que sofriam violações nos seus direitos tanto individuais, como o direito a liberdade de expressão, quanto coletivos, como o direito à terra e à moradia.

Desse modo, organizou-se o CDPDH que, inicialmente, atuava de forma mais incisiva nas temáticas que envolviam conflitos fundiários e questões de moradia junto às populações urbanas. Posteriormente, a instituição passou a prestar assessoria jurídica em diversos casos de violação, como, por exemplo, casos de prisões ilegais de militantes, tortura, atos de violência contra homossexuais, dentre outras violações de Direitos Humanos.

O CDPDH tem como missão contribuir para a Promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito à Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

Nesta perspectiva missionária vinculada à preocupação com a terra, o CDPDH vem crescendo como referência na sociedade de Fortaleza, em especial no acompanhamento jurídico e socioeducativo dos povos indígenas, incluindo-se em importantes espaços de discussão, análises e propostas de políticas indigenistas no Estado do Ceará.

## **Finalidades Estatutárias**

**I** - Assessoria política, técnica, administrativa e financeira aos movimentos sociais, organizações, grupo populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para a intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social; Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas;

**II** - Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda

**III** - Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos/ãs sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social;

**IV** - Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade;

**V** - Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares;

**VI** - Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

**VII** - Defender e promover a Ética, a Justiça, a Paz e a Cidadania conscientizando preferencialmente o pobre, o excluído dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana, no sentido de formar comunidades livres e solidárias;

**VIII**- Ser presença solidária junto aos Povos Indígenas, visando à preservação do seu direito à terra, a viver dignamente e despertar a sociedade para a identidade indígena afastando o preconceito e a discriminação;

**IX**- Defender o meio ambiente em todos os seus aspectos, exigindo, para tanto, a participação do poder público e conscientizando a coletividade do dever de preservá-la para as presentes e futuras gerações;

**X-** Assumir a defesa dos grupos comunitários oprimidos e injustiçados, atendendo aos problemas de Terra e Moradia em colaboração com outras instituições;

**XI-** Assessorar organizações comunitárias apoiando-as na construção de uma Sociedade Justa e Fraterna;

**XII-** Fomentar junto à Sociedade Civil Organizada proteção e amparo aos direitos e deveres às crianças e aos adolescentes carentes;

**XIII-** Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural a Grupos Indígenas, Quilombolas e Agricultores Familiares.

#### Apresentação

---

Este relatório apresenta as atividades do CDPDH, no ano 2017. Relata as ações dos projetos, as ações de articulação na sociedade e as ações internas institucionais, que incluem a capacitação da equipe, as reuniões com diretoria/conselho fiscal e, sobretudo, as ações de planejamentos e avaliações.

O relato se divide em 3 (três) pontos:

1. Projetos: Direito dos Índios: Desafios e enfrentamentos no processo de fortalecimento jurídico-político, Construindo Autonomia pelo Empreendedorismo Solidário, Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado do Ceará – PROVITA/CE, Programa de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos – PEPDDH.
2. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.
3. Ações Institucionais.

Todas essas ações constituem-se na efetivação do compromisso de nossa missão que é de contribuir para a promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

## 1. PROJETOS:

### 1.1 POVOS INDÍGENAS: NA LUTA POR DIREITOS, NA ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COMUNIDADES, BUSCANDO A DEMARCAÇÃO

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
1º Semestre  Janeiro a Junho de 2017	Oficina sobre gênero e participação da mulher no movimento indígena	Debater a participação da mulher no movimento indígena e fortalecer a Associação das Mulheres Indígenas do Ceará.	Associação das Mulheres Indígenas do Ceará fortalecida e a temática das mulheres debatida pelas mesmas.
	Oficina sobre protagonismo juvenil no movimento indígena.	Seminários locais e Estadual realizado com a participação dos jovens pensando no protagonismo e na participação dos jovens.	Seminários realizados e juventude indígena mobilizada e atuante na luta por direitos e contra o extermínio de jovens indígenas no Ceará.
	Elaboração de boletins impressos	Divulgar a luta do movimento indígena através de boletins trimestrais.	Dois boletins realizados no primeiro semestre do ano de 2017.
	Reformulação estatutária e assembleia eletiva para diretoria da Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia.	Realizar modificações no Estatuto da Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia de modo que lhe permita atualidade com as demandas organizacionais das comunidades.	Estatuto modificado.
	Ida a Brasília para participação do Acampamento Terra Livre e para monitoramento institucional e processual.	Dialogar com a presidência da FUNAI e com os órgãos técnicos correspondentes sobre a situação dos povos indígenas do Ceará.	Reuniões realizadas sobre a situação dos povos indígenas do Ceará, inclusive sobre a ocupação na Fundação Nacional do Índio no Ceará.
	Realização do evento: “A Luta na Tela: Mostra de Cinema Indígena e Feira de Artesanato Indígena dos Povos do Ceará”.	Desenvolver atividades junto ao ambiente acadêmico, dando visibilidade dentro das faculdades e universidades a causa indígena.	Trazer para o ambiente acadêmico o debate sobre as problemáticas do movimento indígena, suas lutas e afirmações culturais.

<b>2º. Semestre</b>  <b>Julho a dezembro 2017</b>	<p>Assembleia Estadual dos Povos Indígenas</p>	<p>Espaço máximo de deliberação do movimento indígena do Ceara visando articular a luta em conjunto dos povos do Estado.</p>	<p>Assembleia realizada na Aldeia lagoinha dos Potyguara em Novo Oriente/CE.</p>
	<p>Encontro com caciques, pajés e lideranças tradicionais sobre organização interna das comunidades.</p>	<p>Troca de experiências sobre mecanismos de fortalecimento espiritual e institucional da luta dos povos indígenas do Ceara.</p>	<p>Encontro realizado na Aldeia Pitaguary bastante conflagrada por um conflito interno tendo o evento contribuído no fortalecimento da organização interna das comunidades.</p>
	<p>Realizar 01 visita de intercâmbio as populações indígenas da região Nordeste.</p>	<p>Trocar experiências entre a juventude indígena do Ceará e os povos indígenas da etnia Potyguara do Rio Grande do Norte.</p>	<p>Intercambio realizado no Potyguara da Aldeia Katu e Sagi-Trabanda no Rio Grande do Norte.</p>
	<p>Etapa Regional da Conferencia Nacional da Educação Escolar Indígena.</p>	<p>Etapa preparatória para a Conferencia Nacional de Educação Escolar Indígena</p>	<p>Etapa realizada tendo o CDPDH participado da Comissão Organizadora.</p>
	<p>Manifestação em Solidariedade ao Povo Pitaguary</p>	<p>Ato em apoio ao Povo Pitaguary contra a retirada de indígenas para o funcionamento de pedreiras.</p>	<p>CDPDH participou de debate e ato de apoio ao Pitaguary contra decisão que determinava a retirada de indígenas de seu território tradicional para operação de pedreira.</p>

## 1.2 PROJETO CONSTRUINDO AUTONOMIA PELO EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
<b>Janeiro a Dezembro de 2017</b>	<p>Contratação de Instituição e realização de incubação de iniciativas de economia solidária com a população em situação de rua.</p> <p>Produção solidária por grupos formados pela população em situação de rua</p>	<p>Entidade com experiência comprovada na temática da economia solidária e atuação junto a públicos em vulnerabilidade para realização de encubação das iniciativas de economia solidária.</p> <p>Produção e comercialização de produtos pelos grupos produtivos da população em situação de rua.</p>	<p>Cursos de capacitação e formação nas áreas de corte e costura, zeladoria, artesanato, serigrafia, vendas e manicure.</p> <p>Os grupos produziram inúmeros itens para comercialização em espaços públicos e privados de Fortaleza.</p>

	<p>Possibilitar a visitação da população em situação de rua a feiras solidárias e grupos produtivos</p> <p>Elaborar proposta conjunta de trabalho, com participação do grupo a ser incubado;</p> <p>Apresentação dos Resultados do Projeto Construindo Autonomia pelo Empreendedorismo Solidário</p>	<p>Possibilitar que a população em situação de rua envolvida no projeto pudesse realizar visitas de intercâmbio a grupos produtivos de economia solidária dentro e fora de Fortaleza.</p> <p>Plano de Ação dos Grupos Produtivos da População em Situação de Rua</p> <p>Rodas de conversa sobre o projeto visando a continuidade das ações.</p>	<p>Ricas trocas de experiência em que a população em situação de rua visualização que é possível sim um novo modelo econômico inclusivo e participativo.</p> <p>Através de diversas formações foi elaborado plano de ação completo para viabilização dos grupos produtivos.</p> <p>Reuniões com a Prefeitura, Governo do Estado, Ministério Público, Defensoria, Pastoral do Povo da Rua, Secretaria de Justiça, Superintendência Regional do Trabalho para apresentar os resultados do projeto e discutir estratégias de continuidade das ações.</p>
--	--	---	---

### 1.3 PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS NO ESTADO DO CEARÁ – PROVITA/CE

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
<b>Janeiro a Dezembro de 2017</b>	<p>Pré-Triagem das vítimas e testemunhas ameaçadas e seus familiares;</p> <p>Triagem das vítimas e testemunhas ameaçadas e seus familiares;</p> <p>Apresentação do caso ao Conselho Deliberativo;</p> <p>Acolhimento dos usuários;</p> <p>Acompanhamento aos usuários;</p> <p>Encontro familiar;</p> <p>Participação das vítimas e testemunhas em procedimento inquisitorial ou em juízo;</p> <p>Formalização e acompanhamento</p>	<p>Contribuir com o enfrentamento a graves violações de direitos humanos, por meio do depoimento da testemunha/vítima junto ao Sistema de Justiça;</p> <p>Promover a segurança e o bem estar da pessoa protegida;</p> <p>Garantir a integridade física e psicologia da testemunha/vítima e seus familiares ameaçados;</p> <p>Proporcionar à pessoa protegida reinserção social em novo espaço territorial diverso do local da ameaça;</p>	<p>50 vítimas e testemunhas e seus familiares de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal protegidos, conforme estabelecido pela Lei Federal 9.807/99, Lei Estadual nº 13.193/02, Decreto Federal nº 3.518/00 e Decreto Estadual nº 26.721/02. Vale salientar que a meta prevista era de 45 usuários, mas no período foram atendidos 50.</p>



	<p>do convênio;</p> <p>Realização de planejamento das ações e atividades da equipe técnica do PROVITA-CE; Realização de avaliação das ações e atividades do PROVITA-CE;</p> <p>Participação das reuniões do Conselho Deliberativo do PROVITA-CE;</p> <p>Capacitação e Fortalecimento dos integrantes da Equipe Técnica do PROVITA-CE, bem como integrantes do Conselho Deliberativo e outros atores e agentes públicos envolvidos com o Programa de Proteção;</p> <p>Comunicação institucional do PROVITA-CE;</p> <p>Constituição e formalização de parcerias institucionais para garantia de acesso a políticas públicas sociais pelos usuários de forma segura.</p>	<p>Promover apoio ao exercício das obrigações civis e administrativas que exigirem comparecimento pessoal;</p> <p>Promover, de forma segura, o acesso a direitos, inclusive à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Garantir atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e testemunhas ameaçadas e a sua família;</p> <p>Promover a formação da Equipe Técnica do PROVITA-CE e demais agentes envolvidos com o Programa de Proteção;</p> <p>Sistematizar informações, dados estatísticos em banco de dados com subsídio à proteção das vítimas e testemunhas ameaçadas;</p> <p>Fortalecer a institucionalidade e a estrutura do PROVITA-CE;</p> <p>Divulgar a política de proteção no Estado do Ceará.</p>	
--	---	--	--

#### 1.4 PROGRAMA DE PROTEÇÃO A DEFENSORES/AS DE DIREITOS HUMANOS – PEPDDH

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro de 2017	Reuniões internas da equipe para planejamento e construção de metodologia de trabalho	Proceder em estudos de caso e encaminhamentos de questões relacionadas ao funcionamento do programa;	Realizamos 08 reuniões, nas quais procedemos em estudos de casos, planejamento e socialização de atividades realizadas pelo programa.

	<p>Reuniões da Coordenação Estadual do Programa;</p> <p>Reuniões quinzenais da equipe de profissionais para proceder com estudos de caso</p> <p>Atividade da Equipe Federal</p> <p>Diligências junto à autoridades do Poder Público Municipal, Estadual e Federal;</p> <p>Acompanhamento de termos circunstanciados de ocorrência, processos (judiciais, e/ou administrativos) e inquéritos policiais relacionados à atuação dos/as defensores de direitos humanos;</p> <p>Atendimento aos defensores de direitos humanos em situação de ameaça;</p>	<p>Apresentar os casos atendidos pela equipe técnica do Programa;</p> <p>Capacitar Equipe Técnica do Ceará</p> <p>Realizar reuniões internas da equipe técnica</p> <p>Realizar acompanhamento e proceder nos encaminhamentos acerca casos;</p> <p>Tratar de questões judiciais ou administrativas dos casos;</p>	<p>Participamos de 08 reuniões de deliberação sobre os casos atendidos pelo programa.</p> <p>Capacitação da Equipe Técnica com Equipe Federal</p> <p>Realizamos 10 reuniões internas da equipe para tratar sobre os casos, questões administrativas, informes, planejamento de agendas e outras atividades;</p> <p>Foram realizadas 26 diligências junto às autoridades dos três poderes e monitoramos as questões judiciais e administrativas dos casos acompanhados pelo programa</p> <p>Realizamos visitas institucionais para tratar de questões relacionadas às comunidades e defensores/as atendidos/as no Programa, junto às autoridades dos poderes públicos municipais, estaduais ou federais</p>
--	--	--	--

	<p>Manutenção do Banco de Dados como subsídio à proteção dos/as defensores/as dos direitos humanos</p> <p>Realização de um seminário com os defensores/as inseridos no Programa</p>	<p>Acompanhamento e apuração das denúncias de violações praticadas contra atuação dos defensores de direitos humanos;</p> <p>Manter atualização de banco de dados para subsidiar na elaboração de relatórios</p> <p>Reunir os atores da rede de atenção aos defensores de direitos humanos em situação de ameaça, bem como, os defensores acompanhados pelo programa.</p>	<p>Realizamos atendimento aos defensores/as a fim de registrar, analisar e encaminhar as denúncias de violação praticadas contra os defensores/as de direitos humanos por ocasião das suas militâncias</p> <p>Manutenção de banco de dados para subsidiar na elaboração de relatórios</p> <p>Construção de um planejamento estratégico de atenção as demandas dos defensores/as.</p>
--	---	---	--

## 2. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro de 2017	Participação no Conselho Estadual de Direitos Humanos	A partir da constituição de um Conselho formado por representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais o Conselho Estadual de Direitos Humanos visa monitorar o cenário de direitos humanos no Ceará, acompanhando denúncias de violações aos direitos humanos e monitorando as políticas públicas de direitos humanos no Estado.	Encaminhamento de inúmeras denúncias aos direitos humanos, buscando o fortalecimento das políticas públicas.
	Participação no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – COEPIR	Acompanhar e participar na elaboração de critérios e parâmetros para formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade à população negra, indígenas, ciganos e outros segmentos étnicos da população cearense.	Análise de denúncias e de situações de vulnerabilidade, assegurando a formulação de políticas públicas que assegurem a igualdade racial e a dignidades das populações negras, indígenas, ciganas e outros segmentos étnicos de nossa população.
	Participação no Comitê Gestor do Termo de Acordo Tapeba	Comitê formado a partir de termo de acordo entre o povo Tapeba, a família Arruda, o governo do Estado do Ceará, o Ministério da Justiça e a Fundação Nacional do Índio. Tal comitê tem como função destravar o processo administrativo da Terra Tapeba garantindo a realização de mesa de diálogo e uma maior dignidade ao referido povo.	Cobrar de cada membro signatário do termo de acordo as providências a serem tomadas para a consecução dos objetivos do mesmo.
	Conselho Distrital de Saúde Indígena	Garantir o controle social nas políticas públicas de saúde indígena.	O CDPDH foi eleito no ano de 2016 para compor o CONDISI, garantindo

			<p>assim a participação da sociedade civil no referido conselho que visa exercer controle das políticas públicas de saúde.</p>
	Comissão de Educação Escolar Indígena	Órgão consultivo e de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena.	<p>O maior resultado alcançado é a formalização da Comissão que deve ser criada a partir de decreto do Secretário de Educação do Estado do Ceará.</p>
	Reuniões com Pastorais Sociais.	<p>Reunião e articulação com as pastorais sociais, sobretudo com a Pastoral Afro da Arquidiocese de Fortaleza.</p>	<p>Visita do Coordenador da Pastoral Afro Nacional às Comunidades do Cumbe e Córrego de Ubaranas.</p>
		Organização e Participação no Grito dos Excluídos 2017	<p>O CDPDH participou da organização do Grito dos Excluídos 2017 que visa ressoar a voz dos excluídos e ignorados da Nação.</p>
		Organização e participação da Festa da Vida 2017	<p>A Festa da Vida ocorre no terceiro domingo do advento e tem por objetivo apresentar os trabalhos da Arquidiocese de Fortaleza em defesa da vida. O CDPDH colaborou na organização e participou da tenda dos povos indígenas.</p>
	Acompanhamento Jurídico as comunidades do Cauípe e do Pecém	Após solicitação do Vigário Episcopal da Região Nossa Senhora dos Prazeres o CDPDH acompanhou a situação das comunidades do Pecém e do Cauípe sobre a retirada da água que abastece essas comunidades para o Porto do Pecém.	<p>Acompanhamento jurídico e institucional das comunidades visando uma solução negociada do conflito e protegendo o interesse da coletividade.</p>

	<p>Acompanhamento Jurídico das Comunidades Quilombolas do Cumbe e do Córrego de Ubaranas</p> <p>Atendimento jurídico de público ligado as pastorais sociais e movimentos ou que buscam o CDPDH para consultoria jurídica.</p>	<p>Acompanhar a luta e as reivindicações na luta pela titulação dos territórios das comunidades Quilombolas do Cumbe e do Córrego de Ubaranas em Aracati.</p> <p>Oferecer informação e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Acompanhamento processual da Comunidade do Córrego de Ubaranas em ação que visava a remoção dessa comunidade de seu território.</p> <p>Acompanhamento da Comunidade do Cumbe em reuniões e audiências como por exemplo com o IPHAN na implantação do Museu Arqueológico do Cumbe.</p> <p>Atendimento diário de pessoas que buscam o CDPDH para informações sobre processos ou situações de suas vivências.</p>
--	---	--	---

### 3. Ações Institucionais

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
1º e 2º Semestre	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões sobre os projetos atuais, infra-estrutura do CDPDH e futuros projetos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar e monitorar os atuais projetos.</li> <li>Monitorar os projetos e Gestão Administrativa e Financeira do CDPDH.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitoramento da equipe.</li> <li>Os projetos aprovados e/ou em execução:               <ol style="list-style-type: none"> <li>Povos Indígenas: Na luta por direitos, na organização interna das comunidades, buscando a demarcação;</li> <li>Construindo Autonomia pelo Empreendedorismo Solidário;</li> <li>Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado do Ceará – PROVITA/CE;</li> <li>Programa de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos – PEPDDH.</li> </ol> </li> </ul>

	Reunião com a Diretoria do CDPDH	Monitoramento das atividades do CDPDH	Maior vínculo entre diretoria e equipe técnica do CDPDH, colaborando no desenvolvimento das atividades.
--	----------------------------------	---------------------------------------	---

*Pe. Emílio Castelo*

**Pe. Emílio José Castelo Ferreira**  
Diretor do CDPDH